



Concurso Público para Provimento de Cargos Técnico Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 7.

Ninguém come dinheiro

Quando falo de humanidade não estou falando só do Homo sapiens, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho. E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade – alguns de nós fazemos parte dela.

É incrível que esse vírus que está aí agora esteja atingindo só as pessoas. Foi uma manobra fantástica do organismo da Terra tirar a teta da nossa boca e dizer: “Respirem agora, quero ver”. Isso denuncia o artifício do tipo de vida que nós criamos, porque chega uma hora que você precisa de uma máscara, de um aparelho para respirar, mas, em algum lugar, o aparelho precisa de uma usina hidrelétrica, nuclear ou de um gerador de energia qualquer. E o gerador também pode apagar, independentemente do nosso decreto, da nossa disposição. Estamos sendo lembrados de que somos tão vulneráveis que, se cortarem nosso ar por alguns minutos, a gente morre. Não é preciso nenhum sistema bélico complexo para apagar essa tal de humanidade: se extingue com a mesma facilidade que os mosquitos de uma sala depois de aplicado um aerossol. Nós não estamos com nada: essa é a declaração da Terra.

E, se nós não estamos com nada, deveríamos ter contato com a experiência de estar vivos para além dos aparatos tecnológicos que podemos inventar. A ideia da economia, por exemplo, essa coisa invisível, a não ser por aquele emblema de cifrão. Pode ser uma ficção afirmar que se a economia não estiver funcionando plenamente nós morreremos. Nós poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central em um cofre gigante e deixá-los vivendo lá, com a economia deles. Ninguém come dinheiro. Hoje de manhã eu vi um indígena norte-americano do conselho dos anciões do povo Lakota falar sobre o coronavírus. É um homem de uns setenta e poucos anos, chamado Wakya Un Manee, também conhecido como Vernon Foster. (Vernon, que é um típico nome americano, pois quando os colonos chegaram na América, além de proibirem as línguas nativas, mudavam os nomes das pessoas.) Pois, repetindo as palavras de um ancestral, ele dizia: “Quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro”.

Quem sabe a própria ideia de humanidade, essa totalidade que nós aprendemos a chamar assim, venha a se dissolver com esses eventos que estamos experimentando. Se isso acontecer, como é que os caras que concentram a grana do mundo – que são poucos – vão ficar? Quem sabe a gente consiga tirar o chão debaixo dos pés deles. Porque eles precisam de uma humanidade, nem que seja ilusória, para aterrorizarem toda manhã com a ameaça de que a bolsa vai cair, de que o mercado está nervoso, de que o dólar vai subir. Quando tudo isso não tiver sentido nenhum – o dólar que se exploda, o mercado que se coma! –, aí não vai ter mais lugar para toda essa concentração de poder. Porque a concentração, de qualquer coisa, só pode existir num determinado ambiente. Até a poluição, se ela se espalhar, sem contenção, o que vai acontecer? O ar vai passar por um processo de limpeza. O ar das cidades não ficou mais limpo quando diminuimos o ritmo? Acredito que essa ilusão de uma casta de humanoides que detém o segredo do santo graal, que se entope de riqueza enquanto aterroriza o resto do mundo, pode acabar implodindo. Talvez a pista mais recente sobre isso seja aquela história dos bilionários que estão construindo uma plataforma fora da Terra para irem viver, sei lá, em Marte. A gente deveria dizer: “Vão logo, esqueçam a gente aqui!”. Deveríamos dar um passe livre para eles, para os donos da Tesla, da Amazon. Podem deixar o endereço que depois a gente manda suprimentos. [...]

(Fragmento de: KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020)

1. De acordo com o 1º parágrafo, a “humanidade” é composta por:

- (A) apenas *Homo sapiens*.
- (B) *Homo sapiens* e seres excluídos pela ação dos *Homo sapiens*.
- (C) apenas animais.
- (D) os que estão “na declaração dos direitos humanos e nos protocolos das instituições”.
- (E) “caiçaras, quilombolas e povos indígenas” e “toda vida que largamos deliberadamente à margem do caminho”.



2. A locução adverbial "além de" presente em *Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo.* (1º parágrafo), expressa, nesse trecho, o sentido de:
- (A) mais adiante
 - (B) no lado apostro de
 - (C) da parte de lá
 - (D) em adição a algo
 - (E) acima de
-
3. Considere o trecho a seguir.
- Pode ser uma ficção afirmar que se a economia não estiver funcionando plenamente nós morreremos.* (3º parágrafo)
- Está mantido o sentido original do trecho acima em:
- (A) Talvez não seja verdade que, caso a economia não esteja funcionando bem, nós morreremos.
 - (B) É uma mentira que morreremos porque a economia não está funcionando em sua plenitude.
 - (C) Com a economia apresentando problemas, enfraquecida, nós morreremos. E isso é um fato.
 - (D) A partir do momento em que a economia não funciona plenamente, todos corremos risco de vida.
 - (E) Sabemos que não é possível sobreviver em uma economia que não esteja funcionando de modo pleno.
-
4. O texto "*Ninguém come dinheiro*", de Ailton Krenak, foi escrito no contexto da pandemia de Covid-19.
- O trecho que apresenta uma referência explícita que comprova essa afirmação é:
- (A) *Ao longo da história, os humanos, aliás, esse clube exclusivo da humanidade – que está na declaração universal dos direitos humanos e nos protocolos das instituições –, foram devastando tudo ao seu redor.* (1º parágrafo)
 - (B) *Acredito que essa ilusão de uma casta de humanoides que detém o segredo do santo graal, que se entope de riqueza enquanto aterroriza o resto do mundo, pode acabar implodindo.* (4º parágrafo)
 - (C) *É incrível que esse vírus que está aí agora esteja atingindo só as pessoas. Foi uma manobra fantástica do organismo da Terra tirar a teta da nossa boca e dizer: "Respirem agora, quero ver".* (2º parágrafo)
 - (D) *Quando falo de humanidade não estou falando só do Homo sapiens, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleia, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele.* (1º parágrafo)
 - (E) *Nós poderíamos colocar todos os dirigentes do Banco Central em um cofre gigante e deixá-los vivendo lá, com a economia deles. Ninguém come dinheiro.* (3º parágrafo)
-
5. No trecho *E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar.* (1º parágrafo), a palavra "prospectiva" é usada para
- (A) fazer referência a algo que se sobressai.
 - (B) sondar pensamentos e sentimentos de alguém.
 - (C) tratar das possibilidades futuras de algo.
 - (D) abordar um fenômeno já ocorrido.
 - (E) fazer alusão a algo de grandes proporções.
-
6. Observe os pronomes destacados nos trechos a seguir e considere as afirmações feitas a respeito do sentido de cada um deles dentro do contexto apresentado.
- Quando falo de humanidade não estou falando só do Homo sapiens, (I) me refiro a uma imensidão de seres que (II) nós excluímos desde sempre [...]* (1º parágrafo)
- [...] porque chega uma hora que (III) você precisa de uma máscara [...]* (2º parágrafo)
- I. "me" se refere ao narrador.
 - II. "nós" se refere aos *homo sapiens*.
 - III. "você" se refere ao leitor específico do texto.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
7. No trecho *Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho* (1º parágrafo), a palavra "só" cumpre a função de:
- (A) adjetivo.
 - (B) substantivo.
 - (C) pronome.
 - (D) preposição.
 - (E) advérbio.



Atenção: Leia o poema a seguir para responder às questões de números 8 a 10.

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

(EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2017)

8. Sobre o poema, é correto afirmar que
- (A) ele é todo constituído por verbos no passado, usados para mostrar que o eu-lírico hoje se difere totalmente dos seus antepassados.
 - (B) o eu-lírico feminino reflete sobre a sua própria história: a consciência de sua identidade seria fruto de uma construção cultural.
 - (C) a terceira estrofe apresenta uma mulher completamente silenciada, incapaz de perceber as violências que sofre.
 - (D) a mulher retratada na última estrofe, assim como todas as outras mulheres do poema, é incapaz de reagir à opressão.
 - (E) ele destaca a superioridade das mulheres contemporâneas, que deixaram para trás a história de seus antepassados.
9. Sobre o uso da palavra "ainda" no trecho *A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.* (4ª estrofe), é correto afirmar que ele
- (A) reforça a ideia de repetição.
 - (B) refere-se a uma prática encerrada no passado.
 - (C) refere-se a uma prática futura.
 - (D) qualifica a voz do eu-lírico.
 - (E) qualifica os versos ecoados.



10. Considere as afirmações abaixo sobre o poema "Vozes-mulheres". Ele apresenta mulheres de gerações distintas que viveram em diferentes tempos da história do Brasil.
- I. A bisavó do eu-lírico, ainda criança, já era empregada em navios.
 - II. A mãe do eu-lírico morava no espaço urbano e trabalhava para patrões brancos.
 - III. A filha do eu-lírico tem em si a voz de todas as mulheres que a precederam.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 14.

Estatuto do Amor

1. *Não esperes aquele ano em que, por obra de tua violência, a tua família seja dizimada, para só então descobrires a gravidade indizível de tua infâmia. Para saberes que gozo terias sentido se, em vez de matá-la, a tivesses levado ao peito enquanto vivia.*
2. *Mergulha, sim, na liturgia do amor e renuncia à tua descabida ira. O amor é e será sempre teu melhor gesto na terra. O único capaz de projetar luz sobre esta precária existência humana.*
3. *Não permitas que, sob o jugo de tua ira, mulher e filhos fiquem ao desabrigo da sorte, ingrata e imprevidente.*
4. *Defende o teu lar de ti mesmo. Da tua ferocidade, da tua paixão desenfreada, da ânsia de golpear, de mutilar, de maltratar, como se te coubesse este desapiedado e falso exercício da justiça.*
5. *Mas se, no futuro, o amor à mulher se esgote, não é razão para deixar em seu lugar os traços do desamor, o estigma da maldade. Nenhum pedaço de carne humana merece ser golpeado pela indiferença, pela violência, pela injustiça. Portanto, não abatas a tiro, a tapas, a arranhões, o corpo da mulher.*
6. *Não lhe negues, então, o olhar compassivo, as lágrimas conspurcadas por uma realidade que traiu teus sonhos. Quem quer que esteja no recinto sagrado do lar é, ao mesmo tempo, o sucessor do teu horror e da tua capacidade de maravilhar-se.*
7. *Aprenda que o outro é o teu lar. É o teu corpo, o teu nome, o teu outro rosto. É o verso e o reverso de tuas entranhas. É o espelho de tua irrenunciável humanidade.*

(Adaptado de: PIÑON, Nélida. **Uma furtiva lágrima**. Rio de Janeiro: Record, 2019. pp. 15-19)

11. O "estatuto do amor" sugerido no texto
- (A) pretende instaurar um regulador moral para o papel feminino na vida doméstica.
 - (B) repele a ideia da autoridade masculina fundamentada no exercício da violência.
 - (C) restringe a experiência humana plena à vida familiar.
 - (D) atribui ao homem o exercício integral da justiça, tanto na esfera pública quanto privada.
 - (E) alerta-nos para a necessidade de se defender o lar de ameaças externas.
-
12. O trecho *Portanto, não abatas a tiro, a tapas, a arranhões, o corpo da mulher*. (5º parágrafo) indica a
- (A) oposição entre duas premissas.
 - (B) explicação sobre determinado fenômeno.
 - (C) exposição de uma alternativa a determinada proposição.
 - (D) conclusão de uma determinada premissa.
 - (E) relativização de um argumento pré-determinado.
-
13. No segmento: *Não permitas que, sob o jugo de tua ira, mulher e filhos fiquem ao desabrigo da sorte, ingrata e imprevidente. Defende o teu lar de ti mesmo*. (3º e 4º parágrafos), o uso do modo imperativo
- (A) revela a intenção de chamada à consciência e captura sensível de um receptor hipotético.
 - (B) reforça o caráter moralizante do texto, que pretende delimitar o que cabe a cada um dos membros de uma família ideal.
 - (C) descreve uma ação efetiva a ser realizada por todos os membros de uma família.
 - (D) tem a função de destacar a precariedade das relações humanas fora do âmbito familiar.
 - (E) aproxima afetivamente o leitor das ideias expostas, por meio de uma informalidade discursiva.



14. *Não lhe negues, então, o olhar compassivo, as lágrimas conspurcadas por uma realidade que traiu teus sonhos. Quem quer que esteja no recinto sagrado do lar é, ao mesmo tempo, o sucessor do teu horror e da tua capacidade de maravilhar-se.* (6º parágrafo)

No trecho acima

- (A) uma mulher "ideal" é projetada como receptora da mensagem ética ali exposta.
- (B) a autora define o "estatuto do amor" como um elemento provocador tanto de horror quanto de maravilhamento.
- (C) a autora afirma que somente aqueles que compreendem a realidade seriam dignos de compaixão.
- (D) a autora opõe-se à banalização da violência doméstica e afirma que, mesmo com o fim do amor, as mulheres seriam dignas de compaixão.
- (E) a autora argumenta que as lágrimas não deveriam ser conspurcadas por sonhos irrealizáveis.

15. Considerando a gramática normativa ou prescritiva, está correta a seguinte oração:

- (A) Todo empregado tem direito à férias uma vez por ano.
- (B) A moça, a qual você se referiu, esteve conosco ontem.
- (C) Quem resolveria voltar a andar à cavalo na velhice?
- (D) Progredimos a duras penas: de ontem a hoje, de sol a sol, do nada ao nada.
- (E) Ajuda-os à celebrar a presença humana no mundo.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 16 a 20.

A idolatria do PIB. – O PIB é invenção recente. A ideia de medir a variação do valor monetário dos bens e serviços produzidos a cada ano surgiu no período entreguerras, mas foi só em meados do século passado que os órgãos oficiais passaram a calcular e publicar dados de PIB para os diferentes países. Nenhum dos grandes economistas clássicos – Smith, Ricardo, Malthus, Marx ou Mill – jamais foi instado a prever o PIB do ano ou trimestre seguintes. O culto do PIB como métrica de sucesso das nações tornou-se uma espécie de religião do nosso tempo. O crescimento é a meta suprema em nome da qual governos são eleitos ou rejeitados nas urnas, e um antropólogo marciano poderia supor que o acrônimo PIB nomeia a nossa divindade-mor na vida pública enquanto o afã de consumo preenche o vazio da existência na esfera privada. – Mas o que exatamente está sendo medido? Imagine uma comunidade na qual a água potável é um bem livre e desfrutado por todos com a mesma facilidade com que obtemos o ar que respiramos; suponha, no entanto, que as fontes de água foram poluídas e agora se tornou necessário purificá-la, engarrafá-la e distribuí-la, de modo que todos precisam trabalhar um pouco mais a fim de comprá-la no mercado – o que acontece com o PIB dessa comunidade? O erro não é de magnitude, mas de sinal: as pessoas empobreceram, ao passo que o PIB total e o PIB per capita subiram. Daí que: se eu moro perto do meu local de trabalho e posso caminhar até ele, o PIB nada registra; mas, se preciso tomar uma condução e pagar o bilhete (sem falar no tempo enalacrado no trânsito), ele sobe. Se eu gosto do que faço, embora ganhando menos do que poderia, e passo a trabalhar sem a menor alegria para um mundo caduco, mas recebendo um aumento por isso, o PIB sobe. O PIB, em suma, mede o valor monetário dos bens e serviços que transitam pelo sistema de preços – e nada mais. E, quando se tornar inevitável portar garrafinhas de oxigênio na cintura a fim de seguir respirando, o PIB subirá de novo.

(GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos: uma perspectiva brasileira da crise civilizatória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. pp. 51-52)

16. Ao afirmar-se que *O PIB, em suma, mede o valor monetário dos bens e serviços que transitam pelo sistema de preços – e nada mais*, o autor reforça

- (A) o contexto histórico em que a ideia de medir a variação do valor monetário dos bens e serviços surgiu.
- (B) a importância do crescimento econômico como valor fundamental na avaliação dos governos democráticos de forma geral.
- (C) as limitações de uma doutrina econômica que vê na medição do PIB um valor absoluto que orienta as ações políticas dos governos democráticos.
- (D) o paradoxo explicitado no fato de as pessoas terem empobrecido ao passo que o PIB total e o PIB *per capita* subiram.
- (E) a necessidade de que todos trabalhem um pouco mais para aquecer o mercado e promover o crescimento econômico.



17. Leia, atentamente, o trecho da canção **Pois é, pra quê?** (Sidney Miller):

O imposto, a conta, o bazar barato / O relógio aponta o momento exato / Da morte incerta, a gravata enforca / O sapato aperta, o país exporta / E na minha porta ninguém quer ver / Uma sombra morta, pois é, pra quê?

O trecho de "A idolatria do PIB" que confirma a crítica expressa na canção "Pois é, pra quê?" é:

- (A) Nenhum dos grandes economistas clássicos – Smith, Ricardo, Malthus, Marx ou Mill – jamais foi instado a prever o PIB do ano ou trimestre seguintes. O culto do PIB como métrica de sucesso das nações tornou-se uma espécie de religião do nosso tempo.
- (B) Se eu gosto do que faço, embora ganhando menos do que poderia, e passo a trabalhar sem a menor alegria para um mundo caduco, mas recebendo um aumento por isso, o PIB sobe. O PIB, em suma, mede o valor monetário dos bens e serviços que transitam pelo sistema de preços e nada mais.
- (C) E, quando se tornar inevitável portar garrafinhas de oxigênio na cintura a fim de seguir respirando, o PIB subirá de novo.
- (D) O crescimento é a meta suprema em nome da qual governos são eleitos ou rejeitados nas urnas, e um antropólogo marciano poderia supor que o acrônimo PIB nomeia a nossa divindade-mor na vida pública.
- (E) O erro não é de magnitude, mas de sinal: as pessoas empobreceram, ao passo que o PIB total e o PIB *per capita* subiram.

18. É possível perceber uma relação de causa e consequência entre os seguintes segmentos do texto:

- (A) O PIB é invenção recente. / A ideia de medir a variação do valor monetário dos bens e serviços produzidos a cada ano.
- (B) [...] passaram a calcular e publicar dados de PIB / para os diferentes países.
- (C) [...] o afã de consumo / preenche o vazio da existência na esfera privada.
- (D) [...] que as fontes de água foram poluídas / e agora se tornou necessário purificá-la.
- (E) O erro não é de magnitude, mas de sinal: / as pessoas empobreceram, ao passo que o PIB total e o PIB *per capita* subiram.

19. Ao se substituir o trecho sublinhado pelo indicado entre parêntesis, a frase continuará correta em:

- (A) O culto do PIB como métrica de sucesso das nações tornou-se uma espécie de religião do nosso tempo.
(O isolamento do PIB como reflexo de sucesso das nações)
- (B) A ideia de medir a variação do valor monetário dos bens e serviços produzidos a cada ano surgiu no período entreguerras, mas foi só em meados do século passado que os órgãos oficiais passaram a calcular e publicar dados de PIB para os diferentes países.
(A obsessão por averiguar a estabilização do valor monetário dos bens e serviços)
- (C) Um antropólogo marciano poderia supor que o acrônimo PIB nomeia a nossa divindade-mor na vida pública enquanto o afã de consumo preenche o vazio da existência na esfera privada.
(o consumismo preenche o sentimento de falta de propósito existencial na esfera privada)
- (D) Imagine uma comunidade na qual a água potável é um bem livre e desfrutado por todos com a mesma facilidade com que obtemos o ar que respiramos.
(a água potável é controlada a partir do manejo ambiental consciente e de um uso sustentável dos recursos naturais por todos)
- (E) Se eu gosto do que faço, embora ganhando menos do que poderia, e passo a trabalhar sem a menor alegria para um mundo caduco, mas recebendo um aumento por isso, o PIB sobe.
(Ainda que eu gosto do que faço, posto que ganho menos do que poderia)

20. Na conclusão do texto, a frase: *E, quando se tornar inevitável portar garrafinhas de oxigênio na cintura a fim de seguir respirando, o PIB subirá de novo,*

- (A) confirma uma tendência de expansão dos mercados, indefinidamente.
- (B) atesta a centralidade do discurso econômico em nossos dias.
- (C) por meio da ironia, alerta-nos para a saturação de um discurso econômico autorreferente e universalizante.
- (D) estabelece uma conexão direta entre crescimento econômico e preservação ambiental.
- (E) tem um caráter explicativo da transformação de economias de mercado em sociedades de mercado.

**Legislação Específica do Estado de Alagoas**

21. Houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica, por problemas técnicos, no Tribunal de Justiça de Alagoas, culminando na impossibilidade da prestação regular dos serviços naquele local. Diante disso, decidiu-se pela suspensão dos serviços judiciários naquela data. De acordo com o que estabelece o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 6.564/2005), a determinação da suspensão mencionada compete ao
- (A) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (B) Corregedor-Geral da Justiça.
 - (C) Secretário-Geral do Tribunal de Justiça.
 - (D) Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (E) Diretor-Geral do Tribunal de Justiça.
-
22. Roberto é juiz substituto e teve a notícia do falecimento de sua bisavó paterna; Ludmila é juíza titular e vai se casar; Beatriz é desembargadora e teve a notícia do falecimento de seu cônjuge. Todos os magistrados estão vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Considerando o que prevê o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 6.564/2005),
- (A) Roberto não poderá se ausentar do trabalho, sem prejuízo de seus vencimentos, por se tratar de juiz substituto. Ludmila e Beatriz poderão se ausentar sem prejuízo de seus vencimentos; a primeira por 8 dias e a segunda por 5 dias consecutivos.
 - (B) os três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo de seus vencimentos. Roberto e Beatriz pelo prazo de 8 dias e Ludmila pelo prazo de 5 dias consecutivos.
 - (C) os três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo de seus vencimentos pelo prazo de 8 dias consecutivos.
 - (D) os três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo de seus vencimentos, sendo Roberto apenas no dia seguinte ao do falecimento de sua bisavó; Ludmila por 8 dias e Beatriz por 3 dias consecutivos.
 - (E) nenhum dos três magistrados poderá se ausentar sem prejuízo de seus vencimentos.
-
23. Segundo o que estabelece o Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 6.564/2005), os membros da Magistratura de primeiro grau gozarão de férias
- (A) anuais, observada escala anualmente elaborada pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, e aprovada pela Corregedoria-Geral da Justiça.
 - (B) anuais, observada escala anualmente elaborada pela Corregedoria-Geral da Justiça, e aprovada pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (C) anuais, observada escala anualmente elaborada pela Corregedoria-Geral da Justiça, e aprovada pelo Tribunal Pleno.
 - (D) individuais, observada escala anualmente elaborada e aprovada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (E) individuais, observada escala anualmente elaborada e aprovada pelo Corregedor-Geral da Justiça.
-
24. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 7.889/2017, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras dos servidores do poder judiciário do Estado de Alagoas, apenas poderá ser removido o servidor que tenha cumprido o estágio probatório e que conte com, pelo menos,
- (A) 2 anos de efetivo exercício na última unidade em que fora lotado, bem como não tenha sofrido, no biênio imediatamente precedente, a imposição de censura ou outra sanção mais grave.
 - (B) 3 anos de efetivo exercício, bem como não tenha sofrido, no biênio imediatamente precedente, a imposição de qualquer pena disciplinar.
 - (C) 3 anos de efetivo exercício na última unidade em que fora lotado, bem como não tenha sofrido, no biênio imediatamente precedente, a imposição de suspensão ou outra sanção mais grave.
 - (D) 2 anos de efetivo exercício, independentemente de ter ou não sofrido, no triênio imediatamente precedente, a imposição de qualquer penalidade disciplinar.
 - (E) 2 anos de efetivo exercício e, ao menos um ano na última unidade em que fora lotado, bem como não tenha sofrido, no triênio imediatamente precedente, a imposição de suspensão ou outra sanção mais grave.
-
25. Gorete, servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, ingressou com uma ação judicial de anulação de ato administrativo alegando que fora submetida indevidamente a processo administrativo disciplinar que culminou em sua demissão. Após o curso regular do processo, concluiu-se pela invalidação de sua demissão. De acordo com o que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991), a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial com ressarcimento de todas as vantagens, é chamada de
- (A) reversão.
 - (B) reintegração.
 - (C) aproveitamento.
 - (D) recondução.
 - (E) readaptação.



26. Odete, Tânia e Lourdes são servidoras estáveis do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, sob o regime estatutário. Odete pretende se alistar como eleitora. Tânia pretende doar sangue e Lourdes teve a notícia do falecimento de seu enteado. Considerando o que prevê o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991)
- (A) as três poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo da remuneração. Tânia por 1 dia a cada mês; Odete por 2 dias, e Lourdes por 8 dias consecutivos.
 - (B) as três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo da remuneração. Odete e Tânia por um dia e Lourdes por 5 dias consecutivos.
 - (C) Lourdes não poderá se ausentar do trabalho, sem prejuízo da remuneração, por se tratar de falecimento de enteado. Tânia e Odete poderão se ausentar sem prejuízo da remuneração; a primeira por 2 dias no mês e a segunda por 3 dias consecutivos.
 - (D) as três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo da remuneração, sendo Tânia por duas vezes no mês; Odete por 1 dia e Lourdes por 3 dias consecutivos.
 - (E) somente Odete poderá se ausentar sem prejuízo da remuneração, no máximo duas vezes ao ano.
-
27. Rafael e Tiago são servidores estáveis do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, sob o regime estatutário. Rafael se recusou a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente. E Tiago, após ter recebido anteriormente a punição de advertência em processo administrativo disciplinar, voltou a cometer nova falta, ao se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato. Considerando o que prevê o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas (Lei Estadual nº 5.247/1991), Rafael
- (A) poderá ser punido com advertência, enquanto Tiago poderá receber a pena de suspensão pelo prazo de 120 dias.
 - (B) e Tiago serão punidos com a pena de demissão.
 - (C) será punido com suspensão de até 15 dias, enquanto Tiago poderá receber a pena de suspensão.
 - (D) será punido com a pena de demissão, enquanto Tiago receberá nova advertência.
 - (E) será punido com a pena de demissão, enquanto Tiago receberá a pena de destituição de cargo que ocupa.
-
28. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Alagoas, pode propor ação de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição Estadual:
- (A) qualquer Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado.
 - (B) qualquer advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (C) partido político com ou sem representação na Assembleia Legislativa.
 - (D) o Prefeito Municipal.
 - (E) o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
-
29. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Alagoas sobre a organização político-administrativa,
- (A) é vedado aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
 - (B) a criação, a incorporação e a fusão de Municípios far-se-ão por lei federal, obedecidos os requisitos estabelecidos em lei complementar municipal e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações interessadas.
 - (C) a Câmara Municipal compõe-se de Vereadores, eleitos exclusivamente entre cidadãos maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, em cada Município.
 - (D) o Município, ente político-administrativo subordinado ao Estado, reger-se-á pela Constituição Municipal que adotar, respeitados os princípios estabelecidos pela Constituição da República e pela Constituição Estadual.
 - (E) os Vereadores são invioláveis civil e penalmente por suas opiniões, palavras e votos, dentro ou fora do exercício do mandato e em todo o território nacional.
-
30. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Alagoas sobre as funções essenciais da justiça,
- (A) à Advocacia-Geral do Estado incumbe a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, no âmbito judicial e extrajudicial.
 - (B) o Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, dentre integrantes da carreira.
 - (C) é permitido aos membros do Ministério Público exercer a advocacia.
 - (D) na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação do Estado cabe à Defensoria Pública.
 - (E) o Poder Judiciário reservará, em todos os fóruns e tribunais do Estado, salas privativas, condignas e permanentes, destinadas aos advogados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

31. Durante o período de alta demanda por vacinação contra Covid-19, no ano de 2021, a Prefeitura de Teotônio Vilela utilizou de terrenos centrais da cidade, de propriedade privada, para organização de tendas e atendimento a munícipes que procuraram pelo serviço de vacinação. Neste caso, o Poder Público valeu-se do instituto da
- (A) requisição.
 - (B) ocupação temporária.
 - (C) desapropriação.
 - (D) servidão administrativa.
 - (E) limitação administrativa.
-
32. Em determinado periódico de grande circulação, houve divulgação de que a investigação do homicídio ocorrido no mês anterior, em determinado bairro de Maceió, foi avocada pelo Delegado Titular da Delegacia de Polícia do território, que precisava dar maior celeridade às ações investigatórias até então promovidas pela autoridade policial que registrou o fato. Tal publicação causou estranheza entre os comentaristas da imprensa, que alegaram ilegalidade na conduta do Delegado Titular. Considerando os poderes da Administração, cujo exercício deve ser benéfico à coletividade, tal avocação estaria justificada e seria considerada legal por se tratar de
- (A) atividade passível de delegação, dentro da definição de poder geral de cautela.
 - (B) atribuição concorrente, dentro da definição de poder disciplinar.
 - (C) atribuição não privativa do órgão subordinado, dentro da definição de poder decorrente de hierarquia.
 - (D) atividade investigatória comum, dentro da definição de poder técnico-normativo.
 - (E) atribuição privativa de apuração por Delegado Titular, dentro da definição de poder regulamentar.
-
33. No exercício do cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas, instado a elaborar relatório sobre contratação de determinado material de escritório, Marcelo observou que a Administração realizou combinação de modalidades de licitação, sob fundamento de maior eficiência da disputa, servindo-se do pregão e da concorrência. Essa combinação é considerada:
- (A) ilegal, já que a combinação de modalidades somente é permitida se uma delas tratar do concurso.
 - (B) legal, pois a eficiência do certame é requisito a permitir a combinação.
 - (C) legal, pois não houve criação de modalidade, proibida por lei, mas combinação permitida expressamente.
 - (D) ilegal, pois tais modalidades são incompatíveis entre si, a qual seria possível em caso de combinação do pregão e do diálogo competitivo.
 - (E) ilegal, pois há vedação expressa na Lei federal nº 14.133/2021 nesse sentido.
-
34. Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Alagoas foi orientado por seu superior de que deveria realizar suas tarefas com o melhor desempenho possível, a fim de alcançar os melhores resultados. Ao prestar tal orientação, o superior do Técnico estará transmitindo ao referido servidor a aplicação do princípio administrativo, previsto constitucionalmente, da
- (A) moralidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) efetividade.
 - (D) eficiência.
 - (E) resolutividade.
-
35. O Tribunal de Justiça de Alagoas recebe solicitação de acesso a informações públicas, apresentada por requerente via sistema de informação ao cidadão, para que apresente a quantidade de ações de destituição do poder familiar voltadas à genitora de criança ou adolescente, em família monoparental, durante os anos de 2021, 2022 e 2023.
- Paulo, servidor do Tribunal, observa que tal dado não se encontra sistematizado pelo Tribunal de Justiça e prepara resposta à solicitação, indicando a impossibilidade de atendimento, já que a informação não está disponível. Segundo a Lei federal nº 12.527/2011 (LAI), a resposta de Paulo
- (A) está amparada pela LAI, que indica acesso imediato à informação disponível, não havendo proporcionalidade e razoabilidade em pedidos que demandem trabalho de pesquisa excedente.
 - (B) não está amparada pela LAI, que determina o acesso irrestrito aos dados que possam ser extraídos do banco pertencente ao órgão consultado.
 - (C) não está amparada pela LAI, que determina ser primária a informação solicitada e, portanto, de obrigatoriedade de fornecimento.
 - (D) está amparada pela LAI, que nada dispõe a respeito de dados específicos, relacionados à pesquisa qualitativa.
 - (E) está amparado pela LAI, que determina não ser possível a cessão de dados por recorte de período específico.

**Noções de Direito Constitucional**

36. Um grupo de deputados federais propôs um projeto de lei de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente para que a idade penal seja reduzida para 16 anos. Esse projeto foi aprovado em ambas as casas do Congresso Nacional, conforme rito estabelecido pela Constituição Federal, sendo, em seguida, sancionado pelo Presidente da República. O Procurador-Geral da República decide propor ação direta de inconstitucionalidade, defendendo que essa lei ofende diretamente
- (A) a dignidade da pessoa humana, prevista como fundamento da República no artigo 3º da Constituição Federal.
 - (B) o artigo 228 da Constituição Federal, o qual prevê que são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
 - (C) o artigo 225 da Constituição Federal que prevê a proteção integral como direito das crianças e dos adolescentes.
 - (D) a garantia de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, prevista no artigo 6º da Constituição Federal.
 - (E) o direito social à proteção, à maternidade e à infância nos termos do artigo 5º da Constituição Federal.
-
37. José, pessoa em cumprimento de pena em regime aberto, decide se candidatar a Deputado Federal. Após fazer campanha eleitoral em todos os presídios brasileiros, José é o deputado federal mais votado, majoritariamente pelo voto dos presos condenados, sendo eleito Presidente da Câmara dos Deputados. O partido político rival de José faz intensa oposição, chamando-o de defensor de bandidos.
- Nesse caso hipotético, de acordo com a regulamentação sobre direitos políticos constante da Constituição Federal,
- (A) José poderia se candidatar por estar em regime aberto, mas não poderia ser eleito pelo voto de presos condenados, os quais têm seus direitos políticos suspensos.
 - (B) José poderia requerer a cassação do mandato dos políticos rivais por quebra de decoro junto à Comissão de Ética da casa parlamentar com base na acusação de ser defensor de bandidos.
 - (C) José não poderia se candidatar tendo em vista a suspensão de seus direitos políticos e não poderia ser eleito pelo voto de presos condenados, os quais também têm seus direitos políticos suspensos.
 - (D) José não poderia ser eleito Presidente da Câmara de Deputados, por conta da condenação criminal anterior não depurada, em razão de poder ser chamado a assumir a Presidência da República.
 - (E) a campanha em todos os presídios brasileiros seria desnecessária, pois a eleição de José seria possível com base na realização de campanha nos presídios do estado da federação pelo qual será candidato.
-
38. Os líderes religiosos de determinada igreja buscam oferecer aulas de ensino religioso nas escolas públicas no Município de Traipu. Desse modo, esses líderes visitaram a diretoria regional de ensino com um plano da disciplina, e as aulas de ensino religioso, em escolas públicas de educação fundamental, poderão ser oferecidas
- (A) no horário regular de ensino, com matrícula obrigatória, em conjunto aos professores de ensino religioso que não professem nenhum credo.
 - (B) como atividade complementar, em horário diverso ao regular, em conjunto aos professores de ensino religioso que não professem nenhum credo.
 - (C) no horário regular de ensino, com matrícula facultativa ou obrigatória, desde que haja pessoas de outras religiões interessadas em ministrar a disciplina.
 - (D) em horário diverso ao regular, com matrícula facultativa, independentemente de existir pessoas de outras religiões interessadas em ministrar a disciplina.
 - (E) no horário regular de ensino, desde que a matrícula seja facultativa, ainda que não haja pessoas de outras religiões interessadas em ministrar a disciplina.
-
39. Na cidade de Piranhas, o poder público municipal iniciou a distribuição de preservativos, masculinos e femininos, de forma gratuita, livre e universal, em todas as unidades básicas de saúde, escolas, centros de convivência e espaços culturais. Durante a sessão da Câmara de Vereadores, a Associação de Pais e Amigos das Escolas de Piranhas se manifestaram contra essa ação, dizendo que ofenderia o direito dos pais a educarem seus filhos da forma que melhor entenderem. O Prefeito afirmou que essa ação de distribuição de preservativos faz parte das obrigações constitucionais do poder público, tendo em vista que
- (A) é dever da família e da sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à educação, à dignidade, ao respeito e à liberdade, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e violência.
 - (B) o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - (C) a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado, sendo que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher.
 - (D) a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo a proteção à família, à infância, à adolescência e à velhice.
 - (E) a educação, direito de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



40. Joana atentou contra sua vida após um desentendimento com seu companheiro João. Levada ao pronto-socorro, foi medicada pelo médico plantonista e encaminhada pela equipe de enfermagem a um hospital psiquiátrico conveniado. Não há prontuário médico de Joana, nem laudo médico que tenha indicado a necessidade de sua internação. O local não possui médico. Joana não pode sair desse local, que é cercado de grades e a entrada e saída são controladas por um enfermeiro. João procura um advogado para ajudá-lo a soltar Joana, o qual poderá propor
- (A) ação popular para anular ato lesivo à moralidade administrativa, com pedido liminar de liberação de Joana.
 - (B) mandado de injunção, diante da falta de previsão de ação judicial em que seja possível defender Joana.
 - (C) *habeas corpus* diante da violação ilegal da liberdade de locomoção de Joana, ainda que na esfera não criminal.
 - (D) *habeas data* para obter informações sobre os motivos pelos quais Joana foi internada e obter cópia de seu prontuário.
 - (E) ação civil pública para fechamento do hospital psiquiátrico e indenização das pessoas internadas indevidamente.

Noções de Direito Civil

41. Paulo e Luiza estabelecem, em contrato de namoro, cláusula de renúncia aos efeitos pessoais e patrimoniais de uma união estável, o que tem sido entendido, por parte da doutrina e jurisprudência, como contrato nulo. Tal fundamento encontra respaldo no direito de personalidade, diante de seu aspecto
- (A) irrenunciável.
 - (B) imprescritível.
 - (C) intransponível.
 - (D) impenhoráveis.
 - (E) intransmissível.
42. César e Joana saem em férias e, animados com a relação afetiva que vai se consolidando entre eles, resolvem se casar. Por não terem localizado autoridade disponível na cidade para realizar a celebração, convidam um amigo próximo, que acompanha a viagem, para realizar a cerimônia de casamento. Neste caso, estamos diante de um negócio jurídico
- (A) nulo.
 - (B) inexistente.
 - (C) anulável.
 - (D) contestável.
 - (E) imperfeito.
43. Cristiano realiza pagamento a um credor e, após isso, percebe que sua dívida estava prescrita. Com base nessa prescrição, pretende reaver os valores, em ação judicial que permita sua imediata devolução por parte do credor. Cristiano, no contexto da prescrição
- (A) extintiva, não está amparado pela legislação, haja vista que o exercício do direito prescreveu, mas não o direito em si.
 - (B) extintiva, está amparado pela legislação, haja vista que o direito prescreve com seu exercício.
 - (C) aquisitiva, está amparado pela legislação, haja vista que, efetivado o transcurso do tempo, adquiriu direito ao não pagamento.
 - (D) aquisitiva, não está amparado pela legislação, haja vista que o decurso do tempo alcançado o levou à aquisição de uma faculdade de não pagamento.
 - (E) extintiva e aquisitiva, está amparado pela legislação, haja vista que atingem tanto o dever de pagamento quanto o direito ao seu recebimento.
44. Dora, mãe solteira de Alva, Eva e Júnior, faleceu em 2024. Alva, viúva, tem três filhos. Eva é solteira sem filhos. Júnior faleceu em 2020, deixando dois filhos. Considerando apenas essas informações e utilizando-se das regras do Código Civil, o patrimônio de Dora será partilhado da seguinte forma:
- (A) 3/4 do patrimônio para Alva, que representa seus filhos, e 1/4 do patrimônio para Eva, sendo que os filhos de Júnior não têm direito à herança.
 - (B) 1/2 do patrimônio para Alva, que representa seus três filhos; 1/6 do patrimônio para cada filho de Júnior, por representação; e 1/6 do patrimônio para Eva.
 - (C) 1/4 do patrimônio para Alva, 1/4 do patrimônio para cada filho de Júnior; 1/4 do patrimônio para Eva.
 - (D) 1/2 do patrimônio para Alva e 1/2 do patrimônio para Eva, inexistindo direito à herança aos filhos de Júnior.
 - (E) 1/3 do patrimônio para Alva; 1/6 do patrimônio para cada filho de Júnior, por representação; e 1/3 do patrimônio para Eva.



45. Sueli foi recentemente diagnosticada com Alzheimer precoce e deficiência degenerativa. Embora ainda esteja com suas faculdades mentais parcialmente preservadas, possui dificuldade de locomoção, ficando, via de regra, acamada. Por esse motivo, entende que precisa de um representante para defender seus interesses e gerir seu patrimônio, tendo em vista, ainda, a possibilidade de avanço da demência causada pelo Alzheimer. Sueli confia em suas duas primas, Magali e Roseli, desejando indicá-las para representá-la. Com base nessas informações e no interesse e vontade manifestados por Sueli, a saída jurídica será a propositura de ação de
- (A) curatela, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a absolutamente incapaz para os atos da vida civil.
 - (B) tomada de decisão apoiada, com a nomeação de Magali e Roseli como apoiadoras de Sueli, considerando-a capaz para suas escolhas.
 - (C) tutela, com a nomeação de Magali ou Roseli como tutoras, avaliando suas condições pessoais, tendo em vista que não é possível o compartilhamento do papel de tutor.
 - (D) curatela, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a relativamente incapaz para os atos da vida civil.
 - (E) tomada de decisão apoiada, com a nomeação de Magali e Roseli como curadoras de Sueli, considerando-a absolutamente incapaz para os atos da vida civil.

Noções de Direito Processual Civil

46. Paulo reside em um condomínio e discorda das regras de acesso à piscina de uso comum impostas pela administradora do condomínio. Não tendo havido oportunidade de resolução extrajudicial, ingressa com ação junto ao juízo competente. Um outro condômino, em seu apoio, ingressa na ação. Neste caso, estamos tratando da figura do
- (A) litisconsórcio misto.
 - (B) litisconsórcio necessário.
 - (C) assistente litisconsorcial.
 - (D) assistente condominial.
 - (E) terceiro interessado.

47. Feliciano tem contra si, registrado, boletim de ocorrência que o acusa de ter agredido fisicamente a esposa, Clara, causando-lhe lesões corporais. Durante a fase processual, Clara solicita ao juiz competente a decretação da medida protetiva de urgência de suspensão de visitas aos filhos comuns. A medida protetiva processual buscada
- (A) não encontra respaldo na Lei Maria da Penha, em razão de que as medidas protetivas, por visarem a proteção da mulher, devem ser pleiteadas no início e dentro do período da notícia e investigação.
 - (B) encontra respaldo na Lei Maria da Penha, não sendo óbice a medida não ter sido pleiteada na fase inicial de registro e investigação.
 - (C) não encontra respaldo na Lei Maria da Penha, pois não é possível suspender a visita a filhos comuns nesse contexto, mas somente restringi-la.
 - (D) encontra respaldo na Lei Maria da Penha, mas somente poderia ter sido pleiteada durante a investigação e não na fase judicial.
 - (E) não comporta previsão legal na Lei Maria da Penha, pois não abrange medidas aplicáveis aos filhos.

48. José está acolhido institucionalmente por determinação do juízo da infância e da juventude. Porém, a equipe técnica do serviço de acolhimento informa ao Ministério Público que não conseguiu matricular José na turma de educação infantil, por falta de vagas. A Promotora de Justiça propõe ação de obrigação de fazer para que o Município disponibilize vaga em unidade escolar, em período integral, para José. Após a instrução processual, a sentença proferida determina que o Município disponibilize a vaga, mas indefere o pedido quanto à escola em período integral. A Fazenda Pública Municipal e o Ministério Público desejam recorrer. Desse modo o prazo para recurso de apelação para ambas as partes é de
- (A) 30 dias úteis.
 - (B) 20 dias corridos.
 - (C) 15 dias úteis.
 - (D) 10 dias corridos.
 - (E) 30 dias corridos.

49. Rogéria e Felipe, casados há 19 anos, têm duas filhas gêmeas, Mara e Maria, que completaram a maioridade civil no mês passado. O casal resolve se divorciar, de forma consensual, existindo patrimônio comum a partilhar, construído conjuntamente. Rogéria vai até o cartório extrajudicial e questiona sobre a possibilidade de realizar o divórcio por escritura pública, ela deve, corretamente, receber como resposta que
- (A) o divórcio precisará ser realizado judicialmente por conta da existência de filhos.
 - (B) o divórcio extrajudicial dependerá de homologação judicial.
 - (C) há necessidade de se valer da via judicial devido à existência de patrimônio a partilhar.
 - (D) é possível ser feito o divórcio extrajudicial independentemente de advogado.
 - (E) poderá realizar o divórcio extrajudicial, tendo em vista que não há filhos incapazes.



50. Em janeiro de 2024, Diego ingressou com uma ação de indenização por danos morais em face do Estado em decorrência da morte de seu filho, Jonas, em situação de intervenção policial, em 2016. Na época, foi instaurado inquérito policial que concluiu pela impossibilidade de identificar o autor dos disparos, sendo o arquivamento homologado pelo juiz em 2018. Nesse caso concreto, nos termos do Código de Processo Civil, tendo identificada a ocorrência de prescrição, o juiz poderá
- (A) indeferir a petição inicial por falta de interesse processual.
 - (B) julgar liminarmente improcedente independentemente da citação do réu.
 - (C) julgar antecipadamente o pedido, com base na data de arquivamento do inquérito.
 - (D) extinguir o feito por ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo.
 - (E) reconhecer a existência de preclusão, perempção ou decadência.

Noções de Direito Penal

51. Adelmo foi condenado, com sentença transitada em julgado, e está cumprindo pena em estabelecimento prisional. Sua companheira, Rita, ao tentar visitá-lo, foi surpreendida no momento da revista tentando ingressar no local portando substância proibida, fato que não era do conhecimento de Adelmo. Diante disso, foi determinada a instauração de um inquérito policial, culminando, após o regular processo, na condenação de Adelmo e Rita pela prática de ilícito penal relacionado ao evento acima descrito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, a condenação de Adelmo ofendeu, em tese, o princípio do direito penal da
- (A) responsabilidade pessoal do agente.
 - (B) bagatela ou da insignificância.
 - (C) intervenção mínima.
 - (D) humanidade da pena.
 - (E) anterioridade da lei.
52. Quando um delito menos grave é meio necessário ou normal fase de preparação ou execução de outro mais danoso, o agente apenas será responsabilizado pelo último crime. Para tanto, porém, imprescindível a constatação do nexo de dependência entre as condutas a fim de que ocorra a absorção da menos lesiva pela mais nociva. A solução deste aparente conflito de normas se dá pelo princípio da
- (A) subsidiariedade.
 - (B) especialidade.
 - (C) consunção.
 - (D) alternatividade.
 - (E) ultratividade.
53. João, investigador de polícia, demonstrou interesse em adquirir um aparelho celular em uma página na internet, anunciado por Paulo, proprietário do telefone. No local combinado para a transação, João pediu para que Paulo exibisse a nota fiscal do produto. Paulo, então, informou que não mais possuía o documento, ocasião em que João lhe deu voz de prisão acusando-o da prática de crime, sem qualquer prova de sua prática, exigindo, na sequência, a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) para não o levar preso. Por Paulo não possuir, naquele momento, a quantia exigida, João passou a pressioná-lo e marcou um novo encontro no dia seguinte, ocasião em que João foi abordado por outros policiais acionados por Paulo, levando João preso à delegacia de polícia. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, João teria praticado, em tese, o crime de
- (A) excesso de exação.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) corrupção ativa.
 - (D) violência arbitrária.
 - (E) concussão.
54. Durante uma abordagem policial por suspeita de prática de crime, José Bonifácio da Silva apresentou-se perante a autoridade policial e subscreveu o Termo de Auto de Prisão em Flagrante Delito e Termo de Qualificação, Vida Progressiva e Interrogatório com o nome de Pedro de Alcântara. Horas depois, quando Benjamin da Silva, filho de José Bonifácio, compareceu à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos sobre a prisão de seu genitor, os agentes públicos verificaram sua certidão de nascimento, ocasião em que constaram o verdadeiro nome do suspeito. Considerando tão somente as informações apresentadas na questão, José Bonifácio teria praticado, em tese, o crime de
- (A) falsidade ideológica.
 - (B) falsa identidade.
 - (C) falsificação de documento público.
 - (D) uso de documento falso.
 - (E) supressão de documento.
55. Policiais militares realizavam patrulhamento rotineiro quando avistaram Orlando conduzindo uma motocicleta. Ao ser dada a ordem de parada, o condutor Orlando acelerou o veículo na via pública, evadindo-se do local. Foi, então, iniciada a perseguição policial e, após percorrerem alguns quilômetros, conseguiram prender Orlando, quando ele chegava a sua residência. Considerando tão somente essas informações apresentadas, Orlando teria praticado, em tese
- (A) o crime de resistência.
 - (B) o crime de desobediência.
 - (C) os crimes de desobediência e resistência.
 - (D) o crime de desacato.
 - (E) os crimes de desobediência, resistência e desacato.

**Noções de Direito Processual Penal**

56. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório é inconstitucional e fere os seguintes princípios do processo penal:
- (A) do *in dubio pro reu* e do juiz natural.
 - (B) da iniciativa das partes e do impulso oficial.
 - (C) da identidade física do juiz e do devido processo legal.
 - (D) do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) da presunção de não culpabilidade e do direito à não autoincriminação.
-
57. Foi protocolado requerimento para instauração de inquérito policial visando apurar a prática de crime de ação penal pública contra determinada sociedade de advogados, supostamente cometido por um ex-sócio. O procedimento de investigação foi instaurado e após a realização de exaustivas diligências, concluiu-se que: *não se pode afirmar que, de fato, algum crime tenha sido realmente cometido e, tampouco, que o suspeito seja o seu autor*. Diante disso, o inquérito acabou por ser arquivado. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, a vítima, ou seu representante legal, se não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de
- (A) 30 dias da publicação do Diário Oficial, submeter a matéria à revisão da autoridade policial, que insistirá nas investigações ou concordará, em definitivo, com o arquivamento do inquérito policial.
 - (B) 15 dias da publicação do Diário Oficial, submeter a matéria à revisão do Juiz Criminal competente, conforme dispuser o Regimento Interno do respectivo Tribunal de Justiça ao qual estiver vinculado o magistrado.
 - (C) 15 dias do recebimento da notificação pela autoridade policial, submeter a matéria à revisão do Juiz das Garantias, que manterá o arquivamento ou determinará a reabertura do inquérito policial.
 - (D) 30 dias do recebimento da comunicação pelo Ministério Público, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
 - (E) 15 dias do recebimento da notificação, submeter a matéria ao Juiz das Garantias que encaminhará o feito ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual estará o juiz obrigado a atender.
-
58. Xerxes, Desembargador do Tribunal de Justiça de determinado Estado da Federação, é acusado da prática de crime apenado com reclusão. Considerando tão somente essas informações, concluído o inquérito policial e oferecida a denúncia, a competência para julgar a ação penal será do
- (A) Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) Supremo Tribunal Federal.
 - (C) juiz de primeiro grau vinculado ao tribunal em questão.
 - (D) Tribunal Regional Federal.
 - (E) próprio Tribunal de Justiça ao qual o Desembargador está vinculado.
-
59. Durante o curso da ação penal, verificou-se que Tritão, apontado como réu na ação penal, estava fora do território da jurisdição do juiz processante. Diante disso, considerando tão somente essas informações apresentadas, Tritão deverá, de acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, ser citado
- (A) por carta rogatória.
 - (B) por edital.
 - (C) por carta registrada.
 - (D) mediante carta precatória.
 - (E) por intermédio do chefe do respectivo serviço.
-
60. Rodrigo está sendo processado por ter sido acusado de ter praticado o crime de falso testemunho. No curso do processo, o Ministério Público argui, por escrito, a falsidade de determinado documento constante dos autos. Diante disso, o juízo determina a autuação em apartado da impugnação, observando, na sequência, todas as formalidades legais do incidente de falsidade e, ao final, reconhece a veracidade do documento apontado como falso. À luz do que dispõe o Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá, contra essa decisão, interpor
- (A) mandado de segurança.
 - (B) recurso de apelação.
 - (C) recurso em sentido estrito.
 - (D) agravo de instrumento.
 - (E) carta testemunhável.

